



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS  
Secretaria de Governo Digital  
Comitê Consultivo da Estratégia Nacional de Governo Digital

RESOLUÇÃO CC-ENGD/MGI Nº 01, DE 07 DE AGOSTO DE 2025

Aprova o Regimento Interno do Comitê Consultivo da  
Estratégia Nacional de Governo Digital – CC-ENGD.

**O COMITÊ CONSULTIVO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE GOVERNO DIGITAL – CC-ENGD**, no uso das competências que lhe foram atribuídas pelo art. 19 do Decreto nº 12.069, de 21 de junho de 2024, e considerando as disposições da Portaria MGI nº 9.682, de 23 de dezembro de 2024, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Comitê Consultivo da Estratégia Nacional de Governo Digital, na forma do Anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA BRITO

Presidente em Substituição do Comitê



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Brito, Presidente(a)**, em 12/11/2025, às 12:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **54634618** e o código CRC **685AE050**.

ANEXO

**REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ CONSULTIVO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE GOVERNO DIGITAL**

CAPÍTULO I

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 1º Compete ao Comitê Consultivo da Estratégia Nacional de Governo Digital, conforme disposto no art. 19 do Decreto nº 12.069, de 21 de junho de 2024, e na Portaria MGI nº 9.682, de 23 de dezembro de 2024:

I - propor à Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos recomendações e prioridades para o alcance dos objetivos da Estratégia Nacional de Governo Digital;

II - incentivar a elaboração, a implementação, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas, iniciativas e estratégias de governo digital nos entes federados;

III - zelar pelo alinhamento, melhores práticas técnicas, sinergia e consonância das estratégias de governo digital em todo território nacional, junto com os entes participantes da Rede GOV.BR;

IV - estimular e apoiar a criação de redes de conhecimento estaduais e regionais de gestores de políticas públicas de inovação e governo digital nas regiões do País;

V - acompanhar e avaliar periodicamente os resultados associados à implementação da Estratégia Nacional de Governo Digital;

VI - deliberar sobre a instituição de subcomitês técnicos, para assessorá-lo em suas atividades;  
e

VII - deliberar sobre seu regimento interno.

## CAPÍTULO II

### DA NATUREZA E DO FUNCIONAMENTO DO COMITÊ

Art. 2º O Comitê Consultivo da Estratégia Nacional de Governo Digital é um órgão colegiado de caráter consultivo e permanente, composto por representações do governo federal, dos governos estaduais, distrital e municipais, da comunidade científica ou acadêmica, do setor privado e da sociedade civil em geral.

Parágrafo único. O Comitê deliberará por meio de resoluções, que serão publicadas pela Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Art. 3º As decisões do CC-ENGDD terão caráter de recomendação à Rede GOV.BR e à Secretaria de Governo Digital no que tange à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas de transformação digital de governo, no âmbito da Estratégia Nacional de Governo Digital.

## CAPÍTULO III

### DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º Integram o Comitê Consultivo da Estratégia Nacional de Governo Digital representantes:

I - dos seguintes órgãos e entidades do Poder Executivo Federal:

a) três do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, sendo um da Secretaria de Governo Digital e um da Secretaria-Executiva do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, que o presidirá;

b) um da Fundação Escola Nacional de Administração Pública;

c) um do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;

d) um do Ministério das Comunicações;

e) um da Casa Civil da Presidência da República;

f) um da Controladoria-Geral da União;

g) um do Ministério da Saúde;

h) um do Ministério da Educação; e

I) um do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

II - dois de entidades associativas da administração pública estadual e distrital;

III - dois de entidades associativas da administração pública municipal;

IV - dois de entidades associativas do setor privado;

V - dois da comunidade científica ou acadêmica; e

VI - dois de outras organizações da sociedade civil, cujas atividades sejam relacionadas a governo digital, e relevantes para os objetivos da Estratégia Nacional de Governo Digital.

§ 1º Cada titular do Comitê terá uma suplência, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§2º A participação no Comitê será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 5º O Comitê, por meio de sua secretaria-executiva, poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades, públicas e privadas, nacionais ou internacionais, dos Poderes Judiciário e Legislativo, de organizações da sociedade civil, de bancos de fomento ou de financiadoras de projetos para participar das reuniões do Comitê, subcomitês e grupos de trabalho, sem direito a voto.

## CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES

### Seção I

#### Das atribuições da Presidência

Art. 6º A Presidência do Comitê Consultivo da Estratégia Nacional de Governo Digital será exercida pela Secretaria-Executiva do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, a quem compete:

I - coordenar, orientar e supervisionar as atividades do Comitê;

II - convocar, presidir, suspender, prorrogar e encerrar as reuniões do Comitê;

III - convidar participantes, pessoas físicas ou jurídicas, para as reuniões em que possam contribuir com os esclarecimentos de assuntos relativos às competências do Comitê;

IV - definir o calendário das reuniões ordinárias, na primeira reunião ordinária do exercício, e convocar as reuniões extraordinárias sempre que necessário;

V - submeter à apreciação e à votação as matérias a serem deliberadas, apurando votos e proclamando resultados;

VI - decidir as questões de ordem;

VII - submeter à apreciação do Comitê as suas decisões ad referendum em questões de urgência e relevância, ficando o tema obrigatoriamente inscrito na pauta da próxima reunião a ser realizada;

VIII - criar e extinguir subcomitês técnicos para auxiliarem em suas proposições e decisões, definindo os seus objetivos, composição e prazo para conclusão dos trabalhos;

IX - representar o Comitê perante os Poderes da República e demais autoridades;

X - atuar como interlocutor entre o Comitê, a sociedade civil e o governo;

XI - delegar atribuições ao Secretário-Executivo, quando necessário.

### Seção II

#### Das atribuições da Secretaria-Executiva

Art. 7º A Secretaria-Executiva do Comitê Consultivo da Estratégia Nacional de Governo Digital será exercida pela Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, a quem compete:

- I - prestar assistência direta e imediata à Presidência do Comitê;
- II - organizar as reuniões do Comitê e sua respectiva pauta;
- III - monitorar e reportar ao Comitê a implementação de suas resoluções;
- IV - redigir, providenciar as devidas assinaturas e divulgar as atas das reuniões;
- V - organizar os processos e seus trâmites;
- VI - distribuir previamente a pauta das reuniões, com cópias dos respectivos temas a serem tratados;
- VII - fazer as convocações determinadas pela Presidência do Comitê;
- VIII - manter atualizadas a correspondência e a documentação do Comitê;
- IX - elaborar, previamente a cada reunião, lista com a confirmação de presença dos convocados;
- X - receber as proposições dos membros do Comitê e encaminhá-las ao Plenário ou a outros órgãos, para apreciação;
- XI - validar os planos de trabalho propostos pelos subcomitês técnicos;
- XII - cumprir outras atribuições que lhe forem conferidas por delegação do Comitê ou de sua Presidência; e
- XIII - elaborar o regimento interno do Comitê para sua aprovação.

### **Seção III**

#### **Das atribuições dos membros**

Art. 8º Incumbe aos membros do Comitê Consultivo da Estratégia Nacional de Governo Digital:

- I - representar seus órgãos e entidades nas reuniões ordinárias e extraordinárias do Comitê;
- II - participar das reuniões do Comitê, contribuindo no estudo, nas discussões e na busca de soluções por consenso dos membros;
- III - requerer e responder esclarecimentos que forem úteis à melhor apreciação das matérias em pauta;
- IV - apresentar proposições, apreciar, emitir pareceres e relatar as matérias que lhes forem submetidas;
- V - exercer o direito de voto nas tomadas de decisões;
- VI - requerer votação de matéria, em regime de urgência;
- VII - propor medidas de aperfeiçoamento dos trabalhos do Comitê;
- VIII - apreciar as decisões da Presidência tomadas ad referendum em questões de urgência e relevância;
- IX - propor a inclusão de matérias de interesse do Comitê na pauta de reuniões;
- X - revisar as minutas de documentos apresentadas ao Comitê;
- XI - disseminar as proposições e as decisões do Comitê em suas respectivas áreas;

- XII - propor alterações neste Regimento Interno; e
- XIII - cumprir e fazer cumprir este Regimento Interno.

## CAPÍTULO V

### DO FUNCIONAMENTO

Art. 9º O Comitê se reunirá, em caráter ordinário, semestralmente, conforme calendário definido pela Presidência e, em caráter extraordinário, a qualquer tempo, mediante convocação da Presidência ou por requerimento de um terço de seus membros.

§ 1º Nas reuniões ordinárias e extraordinárias, os membros do Comitê participarão presencialmente ou por videoconferência, em local e horário definidos no aviso de convocação das reuniões.

§ 2º Não será admitida a representação de órgãos ou entidades que compõem o Comitê por pessoas que não estejam formalmente designadas como membros titulares ou suplentes por meio de portaria específica.

§ 3º As reuniões ordinárias serão convocadas com antecedência mínima de quinze dias corridos e as extraordinárias com antecedência mínima de sete dias corridos.

§ 4º A Secretaria Executiva do Comitê encaminhará a todos os membros, no prazo mínimo de cinco dias corridos antes do envio da convocatória da reunião, notificação de abertura de pauta para acolhimento de sugestões de tópicos de discussão e deliberação.

§ 5º O quórum de reunião do Comitê é de maioria absoluta e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§ 6º A participação remota será considerada para a contagem de quórum.

Art. 10. A Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos poderá consultar o Comitê Consultivo da Estratégia Nacional de Governo Digital sobre questões relativas a políticas e diretrizes de transformação digital de governo para a administração pública direta, autárquica e fundacional.

Parágrafo único. Na hipótese do caput, o Comitê irá se manifestar por meio de relatório.

Art. 11. As resoluções, relatórios, atas de reuniões e demais documentos aprovados pelo Comitê deverão ser amplamente divulgados em meio eletrônico de acesso público, garantindo a transparência e a publicidade de suas ações.

§ 1º As atas, relatórios e resoluções serão redigidos em documento eletrônico, com redação em linguagem simples, sempre que possível.

§ 2º O documento de ata será encaminhado por correio eletrônico a todos os membros do Comitê, que terão o prazo de 5 dias úteis para considerações e aprovação.

§ 3º Não havendo oposição no prazo mencionado no § 2º, a ata será considerada aprovada.

§ 4º Havendo oposição, o Presidente do Comitê decidirá, fazendo as alterações cabíveis, no caso de acolhimento, ou consignando a impugnação, no caso de rejeição.

§ 5º A versão final do registro da ata será assinada pelo Presidente e encaminhado aos membros do Comitê.

## CAPÍTULO VI

### DA CRIAÇÃO DE SUBCOMITÊS TÉCNICOS

Art. 12. Os subcomitês técnicos serão instituídos em reunião ordinária ou extraordinária para

auxiliarem nas proposições e nas decisões exaradas pelo Comitê, bem como para realizar estudos e propor soluções, manifestando-se por meio de relatório sobre assuntos específicos e relacionados às suas competências, nos termos do ato que os instituiu.

§ 1º Cada subcomitê será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros.

§2º O subcomitê será composto por, pelo menos, um representante de cada segmento que compõe o Comitê, sempre que possível.

§3º Nos subcomitês com até 4 (quatro) membros, deverá haver, no mínimo, 1 (um) representante do Poder Executivo Federal.

§4º Nos subcomitês com mais de 4 (quatro) membros, deverão estar incluídos, no mínimo, 2 (dois) representantes do Poder Executivo Federal.

§5º Os membros dos subcomitês serão designados pelo plenário do Comitê, dentre aqueles que o compõe, observando critérios de experiência técnica e afinidade temática.

§6º Os subcomitês elegerão, entre seus membros, um coordenador, que responderá pela organização e acompanhamento das atividades, e um relator, responsável pela consolidação e apresentação dos resultados ao Comitê Consultivo.

§7º Poderão ser instituídos até 3 (três) subcomitês funcionando concomitantemente.

§8º Os subcomitês terão caráter temporário com prazo máximo não superior a um ano.

Art. 13. O ato da reunião do CC-ENGD que instituir um subcomitê técnico deverá conter, no mínimo:

I - o objeto de estudo, a justificativa e os itens necessários que deverão ser abordados no relatório;

II - o prazo de duração dos trabalhos, não superior a um ano; e

III - o prazo para apresentação do plano de trabalho do subcomitê à Secretaria-Executiva do CC-ENGD para validação.

§ 1º Na primeira reunião de cada subcomitê técnico, será definida a agenda de trabalhos do subcomitê.

§ 2º Poderão participar das reuniões dos subcomitês técnicos, sem direito a voto, pessoas externas ao Comitê Consultivo da Estratégia Nacional de Governo Digital, a convite do coordenador, para auxílio técnico em seus trabalhos.

§ 3º O apoio administrativo aos subcomitês técnicos ficará a cargo dos membros do próprio subcomitê.

§ 4º A participação nos subcomitês técnicos será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Os casos omissos surgidos na aplicação deste Regimento Interno serão apreciados e decididos pelo Comitê Consultivo da Estratégia Nacional de Governo Digital.

Art. 15. O presente Regimento Interno poderá ser alterado mediante aprovação de dois terços de seus membros.